

Câmara de Viana reclama informação sobre reprivatização dos Estaleiros

O presidente da Câmara de Viana do Castelo admitiu ontem que só tem recebido informação sobre a reprivatização dos estaleiros navais da cidade pela comunicação social e acusou o ministério da Defesa de «pouca transparência» no processo.

«Lamento, de facto, que o Governo – e o ministério da Defesa, em particular – tenha pouca transparência em relação a tudo o que se está a passar», disse o presidente da Câmara de Viana do Castelo.

José Maria Costa recordou que a Câmara deveria ser um «parceiro» neste processo, face à «importância» dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) para a região e face a processos de licenciamento que correm no município, envolvendo a área em que a empresa está instalada há mais de 60 anos.

«Acho que devia ter mais informação sobre este processo [reprivatização]. Faria todo o sentido que houvesse uma articulação do Governo com o município. Lamento que isso não esteja a acontecer e que normalmente consiga obter informações por entidades externas e não por aquela que deveria ser a fonte, o ministério da Defesa», sublinhou.

Biblioteca de Viana fecha mais cedo para reduzir custos

A Biblioteca Municipal de Viana do Castelo vai passar a fechar mais cedo, segundo proposta aprovada pela câmara local e justificada com a necessidade de reduzir custos.

Inaugurada em janeiro de 2008 e desenhada pelo arquiteto Siza Vieira, a biblioteca funcionava até agora, de segunda-feira a sábado, entre as 09h00 e as 20h00, de forma ininterrupta.

Segundo a proposta aprovada esta semana pelo executivo camarário, apresentada pela maioria socialista, o encerramento será antecipado uma hora, para as 19h00, de segunda-feira a sexta-feira, enquanto que ao sábado o fecho acontecerá às 17h00.

Ponte de Lima

Estradas de Portugal diz que sinalética tinha sido colocada irregularmente

A Estradas de Portugal (EP) confirmou ontem ter retirado sinalética em Ponte de Lima, que diz ter sido instalada irregularmente junto às estradas nacionais, inclusive a colocada pela Câmara local.

«Esta sinalização/publicidade, colocada sem o devido enquadramento legal e normativo, além de gerar situações pouco dignificantes em termos de ambiente rodoviário, potencia situações que colocam em causa a segurança para a circulação rodoviária», sublinhou a EP, em nota enviada à agência Lusa.

Uma posição que surge depois de a Câmara de Ponte de Lima ter afirmado, nos últimos dias, estar ser «perseguida» pela EP, com a retirada por «todo o concelho» da sinalética indicativa de equipamentos municipais instalada em estradas nacionais.

A EP esclareceu ontem que no âmbito da atividade regular de manutenção e conservação «tem vindo a proceder à remoção de toda a sinalização e publicidade indevidamente colocada por terceiros nas vias sob sua jurisdição», também naquele concelho, inclusive a que foi colocada pela Câmara de Ponte de Lima.